

Constituinte começa a votar regimento amanhã

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de 15 dias de recesso, a Assembléia Nacional Constituinte volta a se reunir, amanhã, para votar cinco pedidos de destaques ao projeto do novo regimento interno do Centrão (depois de modificado pela Mesa da Constituinte) e sua redação final. Depois disso, o regimento será promulgado e começarão a correr os prazos de emendas, de parecer do relator, de apresentação de destaques e de votação, no plenário da Constituinte.

Apesar de constar da pauta da ordem do dia da sessão de segunda-feira, dificilmente a Constituinte conseguirá reunir quórum suficiente para rejeitar ou aprovar destaques ou votar a redação final do regimento. Pelos cálculos dos poucos parlamentares que ficaram no fim do ano em Brasília, entre eles o matemático do Centrão, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), somente na quarta-feira é que os vários grupos da Constituinte poderiam contar com seus integrantes para tentar votar o que resta sobre o regimento interno, para publicá-lo e para ser reiniciado o processo de apresentação do projeto de Constituição.

Daso Coimbra, responsável pelo controle dos 311 membros do Centrão, garante que na quarta-feira te-

rá, no mínimo, 280 integrantes do grupo em Brasília para votar os itens que tiveram de ser votados e para subscrever as nove emendas substitutivas, que podem chegar a dez caso o Centrão resolva alterar também o preâmbulo à futura Constituição, e conseguir a prioridade para votação

Centrão quer mostrar de novo a sua força

O Centrão, que já provou sua força em duas ocasiões no plenário da Constituinte, está disposto, segundo seus líderes, a demonstrar que tem maioria quantas vezes for necessário para fazer valer a vontade de seus integrantes de uma futura Constituição centrista e menos radical do que aquela saída da Comissão de Sistematização.

Um de seus principais líderes, Daso Coimbra (PMDB-RJ), aposta que o Centrão vai conseguir manter a maioria que detém e fazer valer as dez emendas substitutivas com as quais pretende alterar em pontos substanciais o projeto de Bernardo Cabral. Dois itens, porém, ele reconhece que seu grupo não cogita alterar porque seria o seu "racha" definitivo: o sistema de governo e o mandato do presidente Sarney.

sobre o projeto originário da Comissão de Sistematização.

Na ordem do dia para a reabertura da Constituinte estão os seguintes destaques, todos do PT associado com o PDT: retirar a expressão "maioria absoluta" do artigo 1º do regimento, que garante preferência de votação de emendas substitutivas com mais de 280 assinaturas; supressão das expressões "títulos" ou "capítulos" do artigo 1º, que garante a preferência para as emendas substitutivas; retirar o parágrafo 2º do artigo 1º, que garante a preferência para as emendas substitutivas de maioria absoluta; retirada do parágrafo 3º do artigo 1º, que garante uma nova sessão caso não se consiga, numa primeira votação, o quórum para aprovar uma emenda substitutiva; e destaque para a retirada da exigência de subscrição de, no mínimo, um terço dos constituintes (187) para votação em separado.

Se a votação for concluída na primeira semana de janeiro, já na segunda semana correrá o prazo para que cada constituinte possa apresentar até quatro emendas ao projeto votado pela Comissão de Sistematização, o que dará, no máximo, 2.236 emendas e muito trabalho para o relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que terá de dar parecer de acolhimento ou de rejeição a cada uma delas.

Os temas polêmicos em plenário

ANTÔNIO ARRAES

A permanecer a disposição do Centrão, grupo notoriamente majoritário dentro da Constituinte, de não mexer nos temas políticos "quentes", como o parlamentarismo e os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, para não dividir os seus membros, os temas sociais, principalmente aqueles relativos aos direitos do trabalhador, deverão ser os mais polêmicos para decisão dentro do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que volta ao trabalho amanhã.

Os temas mais polêmicos coincidem com os objetivos do Centrão referentes às emendas substitutivas que o grupo pretende apresentar para votação prioritária no plenário. Preocupação com o social e com os avanços na área econômica — como a reforma agrária, por exemplo — são pontos que o Centrão pretende modificar e que são, ao mesmo tempo, polêmicos.

Estabilidade no emprego para o trabalhador, pagamento em dobro de horas extras trabalhadas, licença-gestante de 120 dias, imprescritibilidade das causas trabalhistas, imediata imissão de posse na desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, definição do que é empresa nacional, nacionalização na distribuição dos combustíveis, entre outros, são temas polêmicos que o Centrão rejeita e, por ser maioria comprovada, vai tentar alterar. São os seguintes os principais temas polêmicos e que interessam ao Centrão:

Estabilidade — O projeto da Siste-

matização prevê garantia de emprego protegida contra a demissão imotivada. O Centrão quer acabar com isso e propor a proteção do trabalhador mediante indenização compensatória e progressiva, além do FGTS contra dispensa imotivada a ser determinada por lei ordinária.

Causas trabalhistas — O Centrão não concorda com o projeto no que ele abre a possibilidade de o trabalhador, a qualquer tempo, poder processar empresa para a qual trabalhou, procurando indenização por todo o tempo trabalhado. O Centrão pretende eliminar a imprescritibilidade das causas trabalhistas.

Horas extras — O projeto de Constituição duplicou o valor do pagamento do trabalho extraordinário do empregado. O Centrão quer limitar esse pagamento a no máximo 50% do valor da hora de trabalho do empregado.

Jornada de trabalho — Uma pequena sutileza do Centrão: o grupo concorda com as 44 horas semanais de trabalho "em média", para proteger, por exemplo, trabalhadores em plataformas submarinas que trabalham num regime de 15 dias contra 15 dias de folga.

Distribuição de combustíveis — Há um sentimento generalizado dentro da Constituinte de que houve um "excesso de nacionalismo" quando da votação da nacionalização da distribuição dos combustíveis, além do voto errado do empresário e senador Albano Franco (PMDB-SE). Assim, esse ponto tão polêmico e explosivo, que poderia contribuir para a "expulsão" das multinacionais

no setor, será esfriado e alterado pelo plenário.

Licença de gestante — Outra sutileza do Centrão: concorda que a mulher tenha 120 dias de licença-gestante (hoje, são 90 dias), mas vai acrescentar a expressão "no máximo". Com isso, o grupo pretende evitar que uma gestante ladina consiga, além dos 120 dias, mais uns 30 dias de licença médica, por exemplo.

Reforma agrária — É assunto para a lei ordinária, entende o Centrão. De modo que, sendo um tema mais do que polêmico por excelência, uma das emendas substitutivas do Centrão vai procurar tirar da futura Constituição tudo o que possa ficar como regra solene e permanente, optando pela discussão e decisão posterior do tema por um plenário menos qualificado que o da Constituinte. É tema para pegar fogo no plenário ou ser negociado entre as lideranças.

Desapropriação — O Centrão quer que a propriedade privada seja protegida pelo governo e que a lei ordinária estabeleça que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública somente será feita mediante "justa e prévia indenização em dinheiro".

Penhora — O Centrão quer alterar o que dispôs a Sistematização, proibindo a penhora de imóveis até 25 hectares.

Empresa nacional — O conceito do Centrão, diferente do aprovado pela Comissão de Sistematização, é que será considerada empresa nacional "aquela constituída sob as leis do Brasil e que aqui mantém sua sede e administração". Brasília/Agência Estado